

Anais da Assembléia

CURITIBA, 24 E 29 DE OUTUBRO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 183ª Sessão Ordinária
Realizada em 24 de Outubro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado David Federmann secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Erondy Silvério.

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fuad Nachi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (28); Lendo-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Emilio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Iris Caldert — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara e Quieise Crisóstomo (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Ferine.

Requer outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada, à Rua da Paz, 643.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, apelo no sentido de ser construído por aquela Pasta um muro no conjunto educacional recentemente inaugurado na cidade de União da Vitória.

A construção desse muro se justifica em razão do vulto do empreendimento, e que, infelizmente, está cercado no momento por arame farpado, o que dá aos alunos daquele estabelecimento um aspecto parecido aos prisioneiros dos campos de concentração nazistas.

Um pronto atendimento, por parte daquela Secretaria, ao fato, seria de grande utilidade e daria estética ao empreendimento.

Caso as autoridades não tomarem providências até o próximo ano, a Prefeitura de União da Vitória tomará a iniciativa da construção do mesmo.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1974.

(a) Domicio Scaramella

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 174/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Lar São Vicente de Paulo, da cidade de Cornélio Procopio.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1974.

(a) Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo, com sede administrativa na cidade de Cornélio Procopio, é uma sociedade beneficente que se destina a prestar assistência a menores de ambos os sexos, sem distinção de classe, raça ou religião. O referido Lar vem, através de magnífica administração, mantendo às suas próprias expensas, internamento gratuito para menores desamparados. Reconhecendo os relevantes serviços prestados a toda região, a Câmara Municipal de Cornélio Procopio já a reconheceu como de Utilidade Pública, no âmbito Municipal.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamentamos que não se encontrem neste Plenário os Srs. Deputados líderes do Governo e da ARENA. Hoje vamos apresentar um Requerimento e comentá-lo, com referência ao Sr. Secretário de Educação. O Requerimento já foi lido pelo Sr. 1.º Secretário. Quero, então, me deter no seguinte: o incidente aconteceu em União da Vitória, no dia 18 do corrente, quando o Sr. Secretário esteve naquela cidade para inaugurar um conjunto educacional, conjunto esse que foi inaugurado simbolicamente.

Vão constar da Ata essas minhas breves e humildes palavras, mas quero deixar aqui o protesto da Prefeitura de União da Vitória. Não estou falando em nome do Prefeito, que ele não me autorizou para isso, mas acompanhando o incidente, se retirou do recinto, quando da inauguração do referido conjunto, porque o Sr. Secretário de Educação, mal agradecido com referência à Prefeitura de União da Vitória, que doou uma área de terra, com área supe-

rior a 19 mil metros quadrados, cujo valor da área de terra é maior do que o valor da área construída em União da Vitória.

Por incrível que pareça, foi construída uma cerca de arame em redor desse conjunto. Apresentamos Requerimento apelando para a Secretaria de Viação para que construa, no menor prazo possível, um muro naquele local. Caso o Sr. Secretário de Viação não mande construir o muro, a Prefeitura de União da Vitória, a partir de fevereiro ou março, vai construir, porque a Prefeitura gastou mais de 2 milhões e meio para construir naquela área, pode construir mais o muro, porque a cidade de União da Vitória, não menosprezando as demais cidades do Estado, não pode ser um campo de concentração.

O incidente foi o seguinte: o Sr. Secretário de Educação, com dois candidatos da ARENA a tiracolo, não agradeceu à Prefeitura a doação do terreno, porque o Prefeito pertence ao MDB e está fazendo uma administração à altura do Município. Por esse incidente, chamei a atenção do Secretário, dizendo que ele estava sendo ingrato com a Prefeitura, não com o Prefeito, porque quem doou o terreno foi a Prefeitura de União da Vitória. O Sr. Secretário disse que não admitia ser chamado a atenção em público. E eu chamei a atenção de S. Exa. perante todas as autoridades e disse que S. Exa. era mesquinho, porque, ao invés de providenciar o ensino, ao invés de cuidar da Secretaria de Educação, habituou-se a fazer política. Já fez o dele, em 1973, às expensas da Secretaria de Educação, e hoje está fazendo a de seus candidatos.

Temos inclusive aqui fotografias, e só vou fazer uso delas no instante preciso mas declaro que estão as mesmas à disposição dos Srs. Deputados. São fotografias de escolas que são uma vergonha para o ensino do Paraná. Algumas delas consertadas por conta do Município de União da Vitória e a partir de janeiro, se o Sr. Secretário de Educação não tomar as providências cabíveis para que melhorem esses prédios, que foram construídos no governo do saudoso Manoel Ribas, do ex-Governador Moysés Lupion e do saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, que até hoje não receberam nenhum melhoramento, quanto mais uma reforma, o Sr. Prefeito de União da Vitória, que é do MDB, providenciará os reparos necessários.

A partir do ano que vem, se o Governo não tomar providências, a Prefeitura irá construir escolas e vamos isolar as escolas que o Estado tem lá no Município, porque elas são uma vergonha para o ensino. Na época de eleições, há esbanjamento de dinheiro. Mas nós não temos medo das urnas. Elas irão mostrar ao Sr. Secretário de Educação, que o povo sabe o que está fazendo e não vai aceitar a imposição do Secretário de Educação. E o Secretário, que Deus ajude, que permaneça na Secretaria no próximo Governo e não volte à Assembléia.

Fiz um pronunciamento na Televisão, de meia hora, contra o Secretário de Educação e chamei-o de "Secretário mais corrupto, politicamente, no Paraná". E a fita se encontra comigo gravada, vou mandar ao Secretário o lamento que hoje não esteja um número maior de Deputados da Aliança Renovadora, para eu dizer tudo aquilo que sei do Secretário de Educação no setor educacional de União da Vitória. A maior vergonha que existe no Estado é o setor educacional de União da Vitória. A Prefeitura Municipal tem que colocar serventes como professoras para atender o ensino de União da Vitória. Mas, se Deus quiser, no ano que vem vai ser separado o joio do trigo. O que for de União da Vitória o Município vai assumir a responsabilidade e o que for da Secretaria de Educação o Sr. Secretário que tome as providências. Tenho a impressão que vai tomar as providências porque não irá haver eleições no ano que vem nem para Prefeitos nos Municípios que interessa a ele e nem para os cargos eletivos de Deputados estadual e federal e nem para Senador. Desse maneira, talvez o Sr. Secretário de Educação vá atender a parte educacional de União da Vitória porque, até agora, o setor educacional daquele Município é a maior vergonha que existe.

Lamento, como já disse, e fica aqui o protesto veemente como representante de União da Vitória. Graças a Deus sou um de seus representantes e o povo de União da Vitória tem me conferido uma confiança 100%. Já lavrei meu protesto nas rádios e emissoras e hoje o faço da Tribuna da Assembléia para que conste da Ata. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 214/71, de autoria do Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir uma Rodovia, ligando os Municípios de Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz a Ortigueira, saindo na rodovia BR-376 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 283/73, de autoria do Deputado Paulo Poli, que cria Cursos Normal e Científico, no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.F. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/73, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 276/73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública o "Centro Evangélico de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes que declara de Utilidade Pública a Beneficência Assistencial Espirita, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/74, de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de

Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/73, de autoria do Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de implantação do revestimento, conserva e manutenção, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 145/73
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER —, a rodovia intermunicipal que liga os municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto, neste Estado para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 27 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

De há muito temos sentido a necessidade de o Poder Executivo transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER —, a rodovia intermunicipal que liga os municípios de Rio Negro-Lapa e Antônio Olinto, especificamente para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção, determinação que se impõe pela importância econômica de toda a região, especialmente à época do escoamento das safras agrícolas e também dos produtos das indústrias extrativas ali existentes. Os municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto projetando-se com destaque no processo de desenvolvimento daquela região, não têm tido, até o momento, por parte do Governo, aquela ótica de prioridade para o sistema rodoviário que seria de esperar-se, daí porque uma estrada de importância como a que se trata no presente projeto de lei, até agora encontra-se praticamente abandonada, sem nenhuma obra de conserva ou manutenção. Com seu leito de rolamento praticamente intransitável em época de chuvas, causando prejuízos enormes aos que, obrigatoriamente, têm que usá-la como via de transporte da produção agrícola ou industrial aos grandes centros de consumo.

Por outro lado, atribuindo-se ao órgão estadual a responsabilidade da manutenção e conserva da estrada referida, estaremos facilitando em muito o escoamento normal de toda a produção agrícola e industrial daquelas cidades especificamente e, da região, em geral devendo aqui ser ressaltado o que significa em arrecadação para o Estado o produto das indústrias extrativas que ali operam, somadas às fartas safras de gêneros de consumo imediato que, por sua natureza, devem ter facilitado seu depósito nas grandes comunidades urbanas dentro do menor prazo possível, pena de se deteriorarem.

Os nobres Deputados certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 145/73

Autor: Deputado João C. Fadel.

PARECER

De autoria do nobre Deputado João C. Fadel, o Projeto de Lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, a rodovia intermunicipal que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto, neste Estado, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção.

Em brilhante justificativa, o autor da Proposição salienta a importância de se transferir ao Departamento referido a citada rodovia intermunicipal, considerando-se o aspecto econômico de toda a região, especialmente o escoamento das safras agrícolas e também dos produtos das indústrias extrativas ali existentes.

Quanto ao aspecto legal, jurídico e formal a proposição é escoreita.

Quanto à sua oportunidade nada há a contestar, devido aos benefícios que a medida trará à citada região.

Faço ao exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

Antônio Costa — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 145/73

Autor: Deputado João C. Fadel.

PARECER

De autoria do nobre Deputado João C. Fadel, o presente Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, visa autorizar o Poder Executivo a transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER a rodovia intermunicipal que liga os municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto, neste Estado, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção.

A Douta Comissão da Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela aprovação do Projeto.

No âmbito que lhe é próprio, ou seja, o aspecto financeiro esta Comissão não vê razões para negar o acolhimento da medida, tratando-se de mera autorização ao Poder Executivo.

Pela APROVAÇÃO da proposição para posterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26-11-73.

Quilise Crisóstomo — Presidente.

Francisco Escorsin — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 145/73

PARECER

O Ilustre Deputado João C. Fadel, propõe a transferência, para o âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem, da rodovia que liga os municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto, para fins de revestimento, conserva e manutenção.

Na justificativa oferecida ao Projeto, o nobre parlamentar descreve a si-

tução de abandono em que se encontra aquela rodovia, ao mesmo tempo em que sublinha sua importância econômica para a região, em termos de tal forma convincentes que, sob esse aspecto a medida se impõe até com urgência. Do ponto de vista rigorosamente técnico, ou seja, de planejamento rodoviário, a transferência do mencionado trecho de estrada para o DER é conveniente e oportuna.

Faço ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões,

Borsari Netto — Presidente.

Lázaro Dumont — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 108/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1974.

(a) Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO:

A Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá é sociedade civil de caráter educativo e promocional.

De finalidade filantrópica, sem visar lucros, objetiva desenvolver programações que, aglutinando recursos materiais, humanos e institucionais possibilite a mais acentuada evolução sócio-econômica e cultural das famílias maringenses.

A entidade é, assim, merecedora da medida que estamos propondo à consideração dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 108/74

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, objetivando declarar de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá.

Examinando-se os documentos anexos ao Projeto, conclui-se que a mencionada entidade preenche todos os requisitos da Lei Estadual n.º 4.399, de 17 de agosto de 1961, que autoriza o Poder Executivo a declaração de Utilidade Pública, assim como a Lei Federal n.º 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelos Decretos 50.517, de 2 de maio de 1961 e 60.931, de 4 de julho de 1967.

Faço ao exposto, opino pelo ACOLHIMENTO da medida pleiteada, para ulterior seguimento regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que seja construído um muro no conjunto educacional, recentemente inaugurado na cidade de União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Perini. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 276/73, 93/74 e 106/74.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 145/73 e 108/74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 39/74, 128/74 e 154/74.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para terça-feira, dia 29, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 34/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 184ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 29 de Outubro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Erondy Silvério.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacil — Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Ovídio Franzoni — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 34/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o Estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9/74.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para a próxima quinta-feira, dia 31, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 185ª Sessão Ordinária Realizada em 29 de Outubro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Maurício Fruet.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Gabriel Mancel — Haroldo Bianchi — Iris Celdart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Ovídio Franzoni — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 09/74 e para o Projeto de Lei n.º 131/74.

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 21/74.

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 155/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento, em trágico acidente, dos menores Paulo Takachi Takahashi e Julio Takahashi ocorrido na cidade de Nova Esperança, dias atrás. Pede, outrossim, que a decisão da Casa seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1974.

(a) Basílio Zanusso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a consignação em Ata de um voto de real consternação pelo infausto passamento do senhor RAIMUNDO BOM, vitimado por fatal acidente de trânsito.

Desfrutando de inúmeras relações de amizade, conquistada pelas virtudes e dotes que lhe exornavam o viver, a notícia do doloroso acontecimento repercutiu intensamente, causando sincero pesar em nossa sociedade.

O extinto deixou viúva e várias filhas, sendo sogro do doutor Osmani de Oliveira e dos doutores Antonio Carlos Vidal e Ireneu Santos.

Aprovado o requerimento, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, acompanhada de cópia deste Requerimento, para o que declina endereço: Av. Munhoz da Rocha, n.º 665, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, pelo passamento do Sr. ALDO PINHEIRO, ocorrido nesta madrugada.

Pessoa radcada há longos anos na cidade de Londrina, e largamente relacionada, ressenste-se a comunidade a perda irreparável, visto ter sido o Sr.

Aldo Pinheiro, candidato a Deputado Estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de agradecimento ao Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARAES por haver autorizado a construção da ponte sobre o rio Potinga, em Tagassaba de Cima, Município de Guaraqueçaba, cujo pedido foi encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Salim do Carmo, em nossa companhia.

Há grande regozijo por parte daqueles moradores, que vêem assim concretizada uma velha e necessária aspiração.

Sala das Sessões, 1.º de outubro de 1974

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER seja inserida em Ata manifestação de solidariedade às homenagens tributadas ao professor JOSÉ LOUREIRO FERNANDES, agraciado com a "MEDALHA DO MÉRITO INDIGENISTA", pelos relevantes serviços prestados em favor do índio brasileiro. Personalidade marcante que soube dignificar o seu viver através de um trabalho fecundo, a ponto de merecer o reconhecimento da Fundação Nacional do Índio e os mais calaros elogios em todos os setores de sua incansável atividade, o emérito professor, com muita justiça, deve ser distinguido com a solidariedade deste Poder, como testemunho da admiração de todos os paranaenses.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa, acompanhada de cópia deste Requerimento, comunicada ao ilustre mestre, endereçada à Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que infra-subscreve, respaldado no Regimento Interno e após ouvido o Plenário, requer a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à TV Paranaense, Canal 12, pelo transcurso do 14.º aniversário de sua existência.

Durante esse lapso de tempo, esse meio de comunicação norteou-se pelo amor às causas paranasistas, devotamento à cultura e a difusão de Mensagens sadias e de orientação para o aprimoramento de nossa gente.

Sala das Sessões, em 29-10-74.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que aquele órgão providencie, com a máxima urgência, recapeamento para o trecho da BR-277, que liga os Municípios de Imbituva a Guarapuava.

As condições do tráfego, naquele trecho da rodovia BR-277, está em péssimas condições e os acidentes se sucedem.

Um pronto atendimento para o assunto em tela, por parte do D.N.O.R., viria solucionar o problema por que passam os usuários daquela rodovia.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que, aquela autoridade estadual promova a criação de um ginásio estadual no Distrito de Alto Alegre, Município de Capitão Leônidas Marques.

É justa, a solicitação, Sr. Presidente, haja vista que aquele Distrito, pelo elevado número de habitantes que possui, já está a comportar um ginásio, evitando, desta maneira, o deslocamento de estudantes que procuram prosseguir em seus estudos.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Senhor Chefe do Poder Executivo, informando-o da consignação, em Ata de nossos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações pela presteza com que diligenciou o anúncio de abono de emergência e aumento de 30% a partir de março de 1975, para todo o funcionalismo público do Estado.

Essa presteza nada mais demonstra que a constante preocupação de Sua Excelência com o bem-estar do funcionalismo. Lamenta-se, apenas, que de determinados setores de sua assessoria, não compreendendo esse ânimo de liderança, procrastinem assuntos importantes, em benefício do sofrido servidor do Estado, como é, por exemplo, a proposição do Estatuto do Magistério Público a este Legislativo.

Aproveitando, portanto, o feliz ensejo, renova o Deputado adiante assinado, também apelo para que Sua Excelência envie de imediato a proposta do referido Estatuto, para que possa ser apreciado antes de 15 de novembro próximo, com economia para o Erário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que ao final assina REQUER, ouvida a Casa seja encaminhado apelo ao Senhor Governador do Estado, para que determine à SANEPAR que providencie, com urgência, a extensão de rede de água até a Vila Nova Esperança, no Atuba, conjunto habitacional construído com recursos do Banco Nacional de Habitação pela COHAB.

O referido conjunto, construído pela COHAB-CT, está já há quatro dias sem água. O poço artesiano construído pela COHAB está com vinte metros de lama e sua água é imprópria ao consumo. É urgente a intervenção da SANEPAR, visto que a COHAB, por deficiências financeiras, não pode atender aqueles milhares de residentes da Vila Nova Esperança, cujo nome transformou-se em ironia.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assisti ontem pela televisão no horário livre que o Tribunal Regional Eleitoral concede aos candidatos inscritos para o pleito de 15 de novembro próximo, o vibrante pronunciamento do Sr. Secretário de Educação Cândido Martins de Oliveira, nosso colega, moço culto a quem muito admiramos.

Congratulo-me com o pronunciamento de S. Exa. que foi realmente vibrante, consistente, e que convenceu a tantos quanto o ouvimos. Menos a mim, que faço ressalvas a dois tópicos abordados no pronunciamento de S. Exa.

Primeiro, quando ele verberava a atuação dos Srs. Deputados da oposição nesta Casa, que não compareciam para votar as Mensagens do Sr. Governador do Estado. E só compareciam aos programas de televisão para criticar o Governo, deixando de cumprir seu elementar dever que é o de votar as Mensagens que o Governo manda a esta Casa e que dizem respeito aos interesses da população do Estado. Não entro no mérito da apreciação que S. Exa. faz sobre a conduta dos Deputados da oposição, porque eles são maiores de idade, vacinados e por isso sabem se defender.

Todavia, incorreu num pequeno erro o Sr. Secretário de Educação, quando disse que esta Casa não votou ainda a Mensagem do Governador Emílio Gomes, criando cerca de 1.500 cargos no Magistério.

É uma inverdade, está mal informado S. Exa. Até hoje, esta Casa não deixou de cumprir com o seu dever. Apesar de estarmos na ante-véspera de um pleito eleitoral, em que todos os Srs. Deputados são candidatos à reeleição, e que naturalmente, estão empenhados em levar sua palavra, sua plataforma para o interior do Estado, evidentemente, não podem, como é justo, comparecer às Sessões.

Mas existe aqui, quorum suficiente para votação das Mensagens do Governo, até hoje a Casa não parou. Os interesses do povo estão sendo convenientemente defendidos neste Poder Legislativo.

E nenhuma Mensagem deixou de ser votada por esta Assembléia, inclusive a Mensagem a que aludiu o Secretário de Educação, que a lei, vejo que a Assessoria de S. Exa. é muito ruim, quando S. Exa. o Sr. Secretário de Educação afirma, que há uma Mensagem Governamental que diz respeito à área de educação, que já é lei, e ele afirma ao Paraná que a Mensagem deixou de ser votada, porque os Deputados da oposição não cumprem com o seu dever. Quando S. Exa. fez esta afirmação, é evidente, que incluiu também os Deputados da situação. O que não é verdade, porque a lei foi promulgada pelo Sr. Governador, e a Assembléia jamais deixou de cumprir com o seu dever.

Outra inverdade, é quando S. Exa. diz que os professores do Paraná estão satisfeitos. Mentira!

Os professores do Paraná estão revoltados com a demora da remessa a esta Casa, do seu Estatuto, o Estatuto do Magistério.

Agora há pouco ainda atendi duas humildes professoras, que há mais de cinco anos vem lutando com um direito justo, sem que ninguém lhes dê ouvidos na área do Governo. E o Professor, Cândido Martins, diz que resolverá de uma vez por todas os problemas do Magistério.

Não acredito nesta história, de que a Secretaria de Fazenda precisa fazer um estudo acurado da matéria, é uma inverdade, trata-se apenas de uma conta de multiplicar ou de somar. Quando o Sr. Secretário diz que as despesas decorrentes da implantação das melhorias advindas do Estatuto do Magistério, é uma questão de matemática. Não é possível que em 11 meses, o Governo não tenha tido tempo hábil de contabilizar os gastos provenientes da implantação do Estatuto do Magistério. O Sr. Secretário foi feliz no seu pronunciamento de um modo geral, ele agradou realmente, acho que agradou. Mas em relação ao Governo, ele foi infelicíssimo ao afirmar que o Governo ainda não mandou a esta Casa o Estatuto do Magistério porque não quer mandar um instrumento imperfeito. Não é verdade. O Estatuto é um instrumento que atende as reivindicações de todos os professores, de todo o Magistério, tanto é verdade que a Associação dos Professores está pleiteando, está reclamando, está duplicando que o Sr. Governador do Estado mande a Mensagem, mande o Estatuto tal como está estudado, preconizado, porque o mesmo foi estudado por uma Comissão da qual participou a Associação dos Professores, a Assessoria Técnica da Secretaria de Educação e o próprio Sr. Secretário de Educação. Enfim, tecnicamente, o Estatuto é perfeito, já foi emitido o Parecer, e onze meses é tempo mais que suficiente para que a Secretaria de Fazenda diga das possibilidades do Governo do Estado implantar, ou não, o referido Estatuto do Magistério. Mas, não só criticamos o Governo porque, muitas vezes, muito a contragosto, somos obrigados a ocupar a Tribuna para reclamar medidas governamentais que venham ao encontro de certos setores do Estado mas também, aplaudimos quando o Governo acerta.

Por essa razão, estamos, hoje, apresentando à consideração da Casa um Requerimento. Um Requerimento no qual pedimos que a Casa, consigne um voto de gratidão, ao Governo do Estado, pelo abono que vai dar ao funcionalismo público estadual. E esta nossa atitude vem provar que não só fazemos oposição, mas reconhecemos também o mérito do Governo quando ele acerta. E nesta oportunidade, reconhecemos a presteza que o Governo do Estado diligenciou o abono de 10 por cento, a partir de dezembro de 1974, e mais 20 por cento a partir de março de 1975. Não digo que o Sr. Governador do Estado atendeu apenas ao nosso pedido de acompanhar o Chefe da Nação nessa medida que S. Exa., reconhecendo as agruras, as dificuldades, com que vive não só o funcionalismo público, mas todos os assalariados, determinou que se concedesse um abono de emergência a partir de 1.º de dezembro do corrente ano, mas também que se fixasse um aumento a ser implantado em folha a partir de março de 75. E naquela oportunidade, apelamos ao Sr. Governador do Estado para que tomasse idênticas medidas com relação ao funcionalismo público estadual. E o Sr. Governador do Estado houve por bem baixar um decreto, para que, através desse decreto, seja dado um abono, ao funcionalismo estadual, de 10 por cento, a todo o funcionalismo estadual, a partir de 1.º de dezembro e mais 20 por cento a partir de março de 75.

Então, é justo que, neste momento em que criticamos o Governo do Estado pela demora do envio, a esta Casa, do Estatuto do Magistério, também,

o louvemos pelo aumento concedido quando atende, com presteza, as reivindicações do funcionalismo com relação ao aumento de vencimentos.

Mas temos mais uma crítica aqui e se refere à Sanepar e à Cohab-Curitiba, porque a Cohab-Curitiba foi a responsável pela implantação da Vila Nova Esperança. E essa Vila era uma nova esperança nos corações de tantos assalariados que sonhavam com sua casa própria e que não conseguiram, por falta de recursos, obtê-la. Entretanto, o BNH, atendendo a uma medida muito justa tomada pelo saudoso Presidente Castelo Branco, instituiu a Cohab-Curitiba e entregou à sua responsabilidade administração dos recursos indispensáveis para manter aquele conjunto residencial em condições de ser habitado por aquela parcela do povo que ali adquiriu a sua casa. Mas a Cohab-Curitiba construiu ali um poço artesiano em condições deploráveis. E aquela Vila, há mais de uma semana, não tem uma gota de água sequer para o atendimento daquele conjunto habitacional para conforto daquelas famílias que ali residem. A Prefeitura tem, através do Departamento Rodoviário, procurado com um único caminhão suprir de água aquela população, mas não é o suficiente.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que tem apenas um minuto para terminar a sua oração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Em um minuto terminarei. Quando os moradores se dirigiram à Cohab receberam a triste notícia de que o poço artesiano ali construído pela referida entidade estava com 21 metros de lama impossibilitando assim que a água fosse filtrada aos reservatórios daquele conjunto. Disseram simplesmente que o poço estava com 21 metros de lama, disseram simplesmente que não tinham condições de atender a população daquela Vila e abandonaram os moradores daquele conjunto ao próprio destino.

Dirigiram-se, então, à Sanepar. O Presidente da Sanepar, segundo fomos informados por eles, num comodismo revoltante, disse que a partir de março a Sanepar iria estudar um meio de estender a rede domiciliar de água daquele conjunto. Isto é um abuso. A Sanepar que tem esbanjado dinheiro tinha e tem a obrigação de atender os moradores daquele conjunto imediatamente e não depois de março. Depois de março quem precisará da água já estará sacrificado. Não se admite que isto ocorra e que o Governo do Estado consinta que o povo viva em situação difícil como vivem aqueles que moram na Vila Esperança do Atuba.

Aqui fica o nosso protesto e encaminhamos um Requerimento ao Sr. Governador do Estado para que chame o Sr. Diretor Presidente da Sanepar e imponha a sua autoridade fazendo com que esse Diretor Presidente deixe de fazer política para os candidatos de sua preferência pessoal e vá atender o povo. Não estará fazendo nada mais que a sua obrigação porque o povo é que paga os impostos e, portanto, tem direito de reclamar aquilo que lhe é devido.

Tenho certeza que meu Requerimento será aprovado por unanimidade e espero que o Sr. Governador faça valer sua autoridade e determine que os moradores da Vila Esperança do Atuba sejam atendidos em suas reivindicações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Domicílio Scaramella.

O SR. DOMICÍLIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à Tribuna nesta tarde para lamentar o pronunciamento feito ontem à noite pela Televisão, no horário cedido ao TRE, pelo Sr. Secretário de Educação, S. Exa. criticou esta Casa Legislativa dizendo que os projetos de interesse do Governo não têm sido aprovados por falta de número por parte dos Deputados do Movimento Democrático Brasileiro. Para que o povo não julgue mal os Deputados do MDB temos a esclarecer que somos apenas novatos nesta Assembléia. Pergunto a S. Exa.: quando Deputado, porque se encontra licenciado, qual era sua frequência nesta Casa. Vai aqui o nosso protesto com relação ao pronunciamento de S. Exa. o Sr. Secretário de Educação. Ultimamente o Sr. Secretário tem sido infeliz em sua administração e em seus pronunciamentos. Outro dia trouxemos ao conhecimento do povo os acontecimentos de União da Vitória. S. Exa. tem criticado, não sei se para ser agradável ao candidato da Arara, o candidato a Senador pelo MDB, Francisco Leite Chaves, dizendo que não sendo ele paranaense não tem direito a disputar cargos eletivos no Paraná. Não concordamos com isto porque aqui em nosso Estado temos pessoas que vieram de todos os recantos do Brasil e todos eles, tem contribuído para o progresso do Paraná. São pessoas que vieram não só do Rio Grande do Sul, como da Paraíba, Mato Grosso, São Paulo, mas de todos os recantos de nosso querido País. Vemos que o Governador eleito, ou nomeado, assim dizendo, a 3 de outubro por esta Assembléia, não é paranaense. É paulista e com nosso respeito é um industrial, um homem de empresa que também colabora com o engrandecimento do Paraná.

O ex-Governador Paulo Pimentel que governou nosso Estado por cinco anos, também não é paranaense. Esse ainda foi eleito pelo povo. O povo quis Paulo Pimentel para Governador, porque o elegeu. O que assumirá a 15 de março não foi eleito pelo povo. Quero lembrar que o candidato do MDB, Leite Chaves, tem direitos adquiridos por Lei Eleitoral para ser candidato ao Senado da República.

O Secretário de Educação que é acostumado a usar sua Pasta para fazer exclusivamente política não só aos candidatos de seu Partido, mas do preferência para seu irmão, para seu cunhado, ele que administrasse a Secretaria de Educação, que cuidasse do ensino do Paraná, que fosse um magistrado e deixasse a política para nós.

Fica o protesto com referência ao pronunciamento de ontem do Sr. Secretário de Educação e o ilustre Deputado Erondy Silvério já fez pronunciamento nas mesmas condições, com mais brilhantismo.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente não são permitidos apartes.

O SR. DOMICÍLIO SCARAMELLA — Queremos nos solidarizar com V. Exa., Deputado Erondy Silvério e haveremos de voltar a ocupar por muitas vezes esta Tribuna para denunciar os atos do Sr. Secretário. Se Deus quiser ele permanecerá por mais um ano e no ano que vem, se Deus permitir, voltaremos a esta Casa e teremos tempo de criticar S. Exa. Se Deus quiser o MDB fará um tempo para pedir Comissão Parlamentar de Inquérito. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, compreendo que V. Exa. que é cumpridor do Regimento Interno, não poderia permitir o aparte no Pequeno Expediente. Todavia não poderia deixar passar em branco a afirmação que fez o Deputado Domicílio Scaramella de que eu critiquei o Sr. Secretário de Educação com relação a seu pronunciamento polí-

tico na noite de ontem. Absolutamente. Acho que foi uma oração vibrante, o Sr. Secretário de Educação foi muito feliz ao abordar diversos aspectos da vida política nacional. É um moço brilhante, de uma cultura invejável e não entro no mérito se nomeou parentes, irmão, se tem irmão candidato, se tem cunhado candidato ou se está colocando a Pasta da Educação a serviço eleitoral de seus familiares.

São afirmações do Deputado Domicio Scaramella. Não estou dizendo nada disto. Apenas não queria ter participação como o Deputado Domicio Scaramella me quer fazer ter.

Apenas critiquei o Secretário de Educação quando disse duas inverdades em seu pronunciamento na noite de ontem. A primeira de que a Casa tem deixado de cumprir suas obrigações, que os Deputados da oposição não vem votar matérias de interesse do Magistério. É mentira! Não só os Deputados da oposição, como os da ARENA, como a Assembléia Legislativa tem dado cabal apoio ao Governo do Estado em todas as Mensagens que aqui aportam e que são de real interesse do povo paranaense. Jamais se recusou uma Mensagem do Governo em favor do povo, porque esta Casa é paga pelo povo. Nosso patrão é o povo e estamos aqui para defender seus legítimos interesses. A Mensagem a que aludiu e que disse não ter sido votada, já é lei.

A segunda inverdade é que o Magistério está satisfeito. Não está. É equivoco do Secretário da Educação. O Magistério está desesperado, humilhado, com a fome batendo à sua porta, porque o ordenado que percebe o professor é revoltante, é humilhante. Esta é uma inverdade que disse S. Exa.

No que diz respeito ao pronunciamento político do Sr. Secretário de Educação, estou com ele em gênero e número porque sou homem da ARENA. S. Exa. foi muito feliz no abordamento de diversos aspectos políticos do pleito de 15 de novembro. Esta a ressalva que queria fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Fica registrada a ressalva do Deputado Erondy Silvério. Nada havendo a deliberar sobre sua questão de ordem, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de consignar na Ata dos trabalhos desta Sessão, o infeliz pronunciamento do eminente Secretário de Educação no horário gratuito cedido pela Justiça Eleitoral no dia de ontem.

Queríamos afirmar que da mesma forma a que aludiu desta Tribuna o Líder do MDB nesta Casa, Deputado Domicio Scaramella, ratificamos totalmente as suas palavras e ficamos também com o Sr. Deputado Erondy Silvério, nas críticas que teceu à atitude do titular da Pasta de Educação e Cultura. Infelizmente, Srs. Deputados, o Professor do nosso Estado continua sendo marginalizado pelo Poder Executivo, marginalização esta que vem de longa data. São fatos que sempre acontecem às vésperas das eleições e até agora não foram cumpridos.

O Magistério aguarda com expectativa o envio a esta Casa da Mensagem que cria o seu Estatuto. Inúmeras vezes, esta promessa foi efetuada, porém até hoje nada. E como se isto não bastasse, repetindo aqui o que já afirmei em inúmeros outros pontos do Estado, em comícios políticos, o que se nota, o que se vê agora, é um crescimento extraordinário do Partido da oposição no Paraná como de resto do País.

É o MDB que vem sendo recebido pelo povo em praça pública e que vem dizendo à Nação as verdades que deveriam ser ditas.

E algumas autoridades sentindo esta reviravolta espontânea do povo brasileiro que chega a cair em termos de imponderabilidade política, adotam táticas que em latim e em direito "de jus expectante" isto é "o direito de esperar".

Enquanto isto tudo acontece, gostaria que S. Exa. o Sr. Secretário de Educação no programa ontem, de televisão, dissesse ao povo do Paraná porque até agora os professores do curso polivalente do Boqueirão não receberam os seus vencimentos desde março do corrente ano. Deveria dizer ao povo do Paraná, porque os professores da escola polivalente do Boqueirão, desde o início de agosto não dão aulas, e os alunos que cursam aquele estabelecimento de ensino, inevitavelmente serão reprovados por irresponsabilidade daqueles que tem a obrigação de conduzir a educação e cultura do nosso Estado.

As fichas de matrículas desses alunos, efetuadas no mês de março, até agora não foram encontradas, desapareceram misteriosamente no final do mês de junho. E os alunos receberam uma carta-circular solicitando que apresentassem outra vez os documentos que já haviam sido entregues no mês de março. Desesperados, aqueles alunos estão sentindo o problema, porque sabem efetivamente que correm o risco de serem reprovados. Apesar de diariamente os alunos comparecerem na escola polivalente do Boqueirão e ali receber as aulas tão necessárias e indispensáveis por irresponsabilidade absoluta de um Governo que não foi eleito pelo povo e de um Secretário que vai à televisão dizer inverdades. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 276-73, de autoria do Deputado Igo Lesso, que declara de Utilidade Pública o "Centro Evangélico de Curitiba" com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de Utilidade Pública a Beneficência Assistencial Espirita, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/74 de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/73, de autoria do Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/74, de autoria do Deputado Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio, na cidade de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 39/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do município do mesmo nome.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1974.

(a) Aryzone Arango

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 39/74

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Aryzone Mendes de Araújo, autorizar o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do Município do mesmo nome.

2 — Referida matéria se nos afigura de justiça e necessária, razão pela qual não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, daí o nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 39/74

1 — De autoria do ilustre Deputado Aryzone Mendes de Araújo, visa o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do Município do mesmo nome.

2 — Esta matéria devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, nada há a opor, razão por que somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente

João Fadel — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 39/74

De autoria do ilustre Deputado Aryzone Mendes de Araújo, o Projeto de Lei em tela autoriza o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Obras Públicas prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio de Francisco Beltrão, na sede do município do mesmo nome.

No âmbito que esta Comissão deve examinar entendendo que a proposição poderá ser aprovada pela Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1974

Bersari Neto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores "PROFESSORA EUNICE MARIA BONI", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 128/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Professores "PROFESSORA EUNICE MARIA BONI", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, de Mandaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1974.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pelo presente Plano de Lei se pretende à declaração de Utilidade Pública, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de aproximar mais intimamente os educadores — Pais e Mestres — para seu próprio aperfeiçoamento a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando como ser ajustado, útil e produtivo na sociedade que se encontra integrado.

Preenchendo todos os requisitos da legislação pertinente à matéria, a entidade enfocada está em condições de ser submetida à deliberação dos nobres Pares para o necessário apoio e ulterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 128/74, de autoria do Dep. Jorge Sato

1. O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre colega Jorge Sato, tem por objetivo declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES "PROFESSORA EUNICE MARIA BONI", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguá.

2. A medida proposta está convincentemente justificada e o processo devidamente instruído com a documentação necessária, por onde se constata que a entidade enfocada preenche os requisitos exigidos pela legislação específica.

3. Além de oportuno e justo, o projeto encontra amparo legal e constitucional e por isso nos manifestamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 56/74, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975-1977. Parecer favorável da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º
PROPOSTA DE ORÇAMENTO PLURIANUAL
DE INVESTIMENTO PARA O TRIÊNIO 1975/1977

Através da Mensagem n.º 56/74, de 5 de setembro de 1974, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminhou a esta Casa a presente Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos da Administração Estadual para o triênio 1975/1977.

Segundo esclarece Sua Excelência a Proposta foi elaborada em consonância com estratégias básicas consolidadas nas Diretrizes de Ação do Governo, o que se constata pelo desdobramento da programação de cada órgão que compõe a estrutura administrativa do Estado.

No intuito de dar execução a esse planejamento as despesas de capital para o período são estimadas em Cr\$ 17.384.859.440,00 (dezessete bilhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros). Para atender a esse investimento deverá o Estado contar com recursos próprios do Tesouro e de outras fontes em montantes assim distribuídos:

Recursos do Tesouro	5.277.238.740,00
Recursos de Outras Fontes	12.107.620.700,00
T O T A L	17.384.859.440,00

A programação funcional das despesas de capital sofreu considerável acréscimo relativamente ao triênio anterior, ou seja 1974/1976.

Essa programação funcional está assim estimada:

Função	Triênio	%
Legislativa	27.352.000	0,16
Judiciária	41.268.800	0,24
Administração Superior	820.257.900	4,72
Agricultura	290.284.240	1,67
Comunicações	1.719.771.900	9,89
Defesa e Segurança	124.408.000	0,72
Desenvolvimento Regional	15.778.000	0,09
Educação e Cultura	805.706.700	4,63
Energia e Recursos Minerais	2.449.464.400	14,09
Habituação e Urbanismo	179.249.100	1,03
Indústria, Comércio e Serviços	7.302.432.000	42,00
Justiça	22.892.000	0,13
Saúde e Saneamento	995.624.900	5,73
Trabalho Assistência e Previdência	204.568.000	1,18
Transporte	2.385.804.000	13,72
T O T A L	17.384.859.440	100%

Diante do empenho que tanto o Governo Estadual como o Federal vêm dando ao setor primário, podemos notar a notável intensificação de recursos à função Agricultura, que compreende o atendimento e organização agrária, seguindo, dessa forma, com inteira oportunidade, a programação enfatizada pela Administração Federal.

Na função Educação e Cultura verifica-se que a dotação prevista vem atender as metas estabelecidas pelo Governo, notadamente a implantação da reforma do ensino em um maior número de municípios, seguindo assim o Plano Estadual de Educação, a fim de proporcionar a rede estadual de ensino um número elevado de novas unidades escolares.

Para o setor de Segurança está previsto um programa de construções e reequipamento objetivando a servir a população paranaense de um policiamento competente e eficaz.

Outro setor, que demonstra toda a atenção e cuidado que é dirigido à nossa população, é o de Saúde e Saneamento, através do qual procura o Governo dotar o Estado de uma estrutura de saneamento básico à altura do desenvolvimento urbano intenso que se verifica atualmente.

O empenho na implantação dos Corredores de Exportação, bem como no cumprimento do Plano de Obras Rodoviárias, é revelado pelas dotações destinadas ao setor Transporte. Ainda aqui é prevista uma verba para ultimar a conclusão da Estrada de Ferro Central do Paraná.

A função Energia e Recursos Minerais também merece referência em razão do montante dos recursos que visam à ampliação da capacidade de geração transmissão e distribuição de energia, a fim de possibilitar o atendimento à demanda sempre crescente, face o incremento que vem se observando no setor industrial.

Os recursos necessários para as despesas de capital, bem como a sua estimativa já constante desta Proposta, serão incluídos nos Orçamentos anuais para os exercícios financeiros respectivos, compreendidos dentro do período.

Além das despesas de capital, a Proposta específica, também, as despesas correntes, propiciando, em consequência, que os Senhores Deputados possam extrair de seus números dados mais completos para uma perfeita análise de seu conteúdo global.

Em termos de planejamento governamental, cuja ação deve um Orçamento Plurianual refletir, entendemos que a presente Proposta cumpre eficazmente as suas altas finalidades.

Esse documento revela toda a dedicação e a preocupação do Senhor Governador e sua equipe em dar ao Estado um instrumento de programação or-

çamentária capaz de conduzir a Administração Pública aos seus verdadeiros e elevados objetivos.

Diante dessas considerações, não temos dúvidas em recomendar aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei, que estabeleça o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em ... de novembro de 1974.

(aa) Ovídio Franzoni — Presidente.

Francisco Borsari Neto — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em trágico acidente, dos menores Paulo Takachi Takahashi e Julio Takahashi, ocorrido na cidade de Nova Esperança. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Bom. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 9/74 e Projeto de Lei n.º 131/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sentos Lima constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 155/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 21/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Pinheiro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura no sentido de que promova a criação de um ginásio estadual no Distrito de Alto Alegre. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à TV Paranaense, Canal 12, pelo transcurso do 14.º aniversário. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de agradecimento ao Dr. Osiris Stenghel Guimarães por haver autorizado a construção da ponte sobre o rio Potinga em Tagassaba de Cima, Município de Guaraqueçaba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, para que se digna determinar à SANEPAR que providencie, com urgência, a extensão da rede de água até a Vila Nova Esperança, no Atuba, conjunto habitacional construído pela COHAB. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela presteza com que diligenciou o anúncio de abono de emergência e aumento de 30%, a partir de março de 1975, para todo o funcionalismo público do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja inserida em Ata manifestação de solidariedade às homenagens tributadas ao professor José Loureiro Fernandes, agraciado com a "Medalha do Mérito Indigenista". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja efetuado o reaparelhamento para o trecho da BR-277, que liga os municípios de Imituba a Guarapuava. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 30, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 145/73 e 108/74.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 39/74 e 128/74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 21/74 e 54/74.

Marcando ainda, uma Sessão para dia 31, quinta-feira, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 35/74 e de Lei n.ºs. 16/74 — 44/74 — 94/74 — 99/74 — 243/73 — 259/73 e 179/73.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 27.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Igo Iwant Losso apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 632/65 — de autoria do Deputado Arnaldo Busato, ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 45/65, criando na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, o Distrito Administrativo e Judiciário de Jacutinga, na Comarca e Município de Francisco.

PROJETO DE LEI N.º 212/73 — de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que dispõe sobre transferência de área territorial de um para outro Município, desde que se comprove benefícios para a respectiva área e o Município remanescente não perca os requisitos exigidos pela Lei Federal, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 270/73 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, da cidade de Nova Fátima.

PROJETO DE LEI N.º 286/73 — de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava — S.O.S., com sede em Guarapuava.

PROJETO DE LEI N.º 58/74 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba a viatura Aero-Willys, ano 1966, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 78/74 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que acrescenta ao artigo 59, da Lei n.º 6.364, de 2º de dezembro de 1972, o parágrafo que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 88/74 — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Fundação Casa do Adolescente, com sede nesta Capital.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 112-74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de órgãos que especifica, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 163/74 que aprova o Convênio entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica. — Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encorrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélio Guimarães Sotio-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente.
Lélio Guimarães Sotio-Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 632/65

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo e Judiciário de Jacutinga, com sede na localidade do mesmo nome, Município e Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 212/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Lei poderá transferir área de território de um para outro Município, desde que se comprove benefício para a respectiva área e o Município remanescente não perca os requisitos mínimos exigidos pela Lei Federal e será sempre precedida de plebiscito.

§ 1.º — O processo de transferência de área, referido neste artigo, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou de domicílio expedido pela Delegacia de Polícia local, e será acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou seguindo acidentes naturais.

§ 2.º — A forma de realização de plebiscito, para os fins deste artigo será a mesma que a estabelecida para a criação de Município.

§ 3.º — A prova de que o Município remanescente não perde os requisitos mínimos, será feita pelos interessados ou requisitados pela Assembléia Legislativa, mediante os documentos exigidos pela Lei Federal para a criação de Municípios.

§ 4.º — A prova de benefício para a área, objeto da transferência, será feita pelos interessados, na representação a que se refere o parágrafo 1.º, deste artigo.

Art. 2.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras Municipais e os Prefeitos dos Municípios afetados pela transferência de área territorial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Parágrafo Único — A deliberação das Câmaras Municipais, na hipótese deste artigo, depende do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 3.º — Instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito.

Art. 4.º — Se o resultado do plebiscito for favorável à transferência, pelo voto da maioria absoluta dos eleitores, a Assembléia Legislativa disporá sobre as novas divisas dos Municípios afetados pela mesma, nos termos da representação.

Art. 5.º — Da proclamação do resultado do plebiscito, pela autoridade judiciária, cabe recurso dentro de 5 (cinco) dias para a Assembléia Legislativa, sob o fundamento de fraude ou coação, interposto por 15 (quinze) eleitores, no mínimo.

§ 1.º — A Assembléia decidirá sobre o recurso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, ter-se-á o recurso como recusado, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Assembléia.

§ 3.º — Provido o recurso, será autorizada a realização de novo plebiscito.

Art. 6.º — As transferências de área territorial de que trata esta Lei, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 270/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, sediada em Nova Fátima.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 286/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava — S.O.S., com sede em Guarapuava, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 58/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, a viatura de placa n.º CE. 21-11, ano 1966, marca Willys Rural, certificado n.º 428922, pertencente à Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços naquele Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 78/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 59, da Lei n.º 6.364, de 2º de dezembro de 1972, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 5.º — Ocorrendo qualquer catástrofe de caráter individual, como incêndio, ou de caráter geral, como inundações, ou outras calamidades semelhantes, o valor do crédito tributário relativo ao I.C.M. será parcelado em prestações iguais, sem incidência de juros e correção monetária, tendo em vista a situação sócio-econômica da empresa devedora”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 88/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Casa do Adolescente, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com a intervenção da Universidade Federal do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da ACARPA — Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de março de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, objetivando o estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15-10-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso
Antônio Lopes Júnior
Relatores